

**CURADORIA DO MEIO AMBIENTE**  
**Inquérito Civil nº 06.2018.00004746-6**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, a empresa **ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 05.236.770/0001-51, situada na Rua dos Imigrantes, n. 1.309, bairro Besenello, no Município de Nova Trento/SC, neste ato representada por **Paulo Sartori Júnior**, solteiro, empresário, nascido em 8 de março de 1972, filho de Paulo Sartori e Solange Maria Piazza Sartori, CPF n. 824.272.599-34 e carteira de identidade n. 1.926.367; e seu procurador, **Dr. Leôncio Paulo Cypriani**, OAB/SC n. 5.491, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00004746-6, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**CONSIDERANDO** que a competência para a deflagração de

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

eventual ação civil pública é estabelecida pelo local do dano, nos termos do art. 2º, da Lei 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que "*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*", consoante dita o art. 225, *caput*, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a função sócio ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, inciso II e art. 225, todos da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

**CONSIDERANDO** que o dever de defender e preservar o bem ambiental é imposto tanto ao Poder Público quanto aos administrados, em autêntica solidariedade social e jurídica, cada qual com sua esfera de responsabilidade, consagrando-se a tríplice responsabilização civil, administrativa e penal, de forma independente e autônoma (art. 225, § 3º, da CF);

**CONSIDERANDO** o artigo 170, incisos III e VI da Constituição Federal que elevou o meio ambiente à condição de princípio, ao lado da função social da propriedade, o que significa dizer que, ao tratar da atividade econômica e lucrativa, esta não poderá sobrepor-se à defesa do meio ambiente, mas sim conviver em harmonia com este;

**CONSIDERANDO** o direito de propriedade (art. 5º, XXII, da CF) e de exercício de atividade lucrativa (art. 170, da CF), condiciona-os a limites, dentre os quais encontra-se sua função social na dimensão ambiental, atendendo as diretrizes traçadas pela legislação, que visam garantir o bem-estar da população (arts. 5º, XXIII, 30, VIII, 170, III e VI, e 182, da CF);

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento deste Órgão de Execução que a empresa **Artefatos de Cimento Beira Rio LTDA ME** estaria causando poluição sonora, bem como operando em desacordo com o Plano Diretor de Nova Trento/SC (Lei Complementar n. 266/2009);

**RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

## **I. DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer, consistente em promover o encerramento de suas atividades na Rua dos Imigrantes, bairro Besenello, no Município de Nova Trento/SC, uma vez que a atividade exercida está em desacordo com o zoneamento local – Lei Complementar n. 266/2009;

**Parágrafo Primeiro:** a desocupação do imóvel deverá ocorrer impreterivelmente até **31 de julho de 2022**;

**Parágrafo Segundo:** após o decurso do prazo previsto no § 1º, a **COMPROMISSÁRIA** está ciente que somente poderá exercer suas atividades em **zona industrial**, conforme parâmetros urbanísticos estabelecidos pelo Plano Diretor de Nova Trento/SC (Lei Complementar n. 266/2009);

**Parágrafo Terceiro:** caso a **COMPROMISSÁRIA** decida transferir as atividades para outro município, compromete-se em respeitar o zoneamento local, cumprindo com as disposições vigentes.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** a **COMPROMISSÁRIA** compromete-se na obrigação de fazer, consistente em providenciar, **no prazo de 30 (trinta) dias** contados da assinatura deste Termo, a Licença Ambiental de Operação junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, a fim de regularizar a situação da empresa;

**Parágrafo Único:** para a comprovação desta obrigação, deverá a **COMPROMISSÁRIA** encaminhar à Promotoria, pessoalmente ou por e-mail (*saojoaobatista01pj@mpsc.mp.br*), em **até 15 (quinze) dias**, contados do decurso de prazo previsto no *caput*, cópia do protocolo junto ao IMA;

**CLÁUSULA TERCEIRA:** após a obtenção da LAO, a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer consistente em cumprir na íntegra os requisitos e condições estabelecidos na Licença Ambiental de Operação (LAO), mormente no que se refere aos controles ambientais;

**Parágrafo Único:** a Licença Ambiental de Operação (LAO) concedidas pelo IMA integra este instrumento para todos os fins legais, inclusive em caso de renovação.

**CLÁUSULA QUARTA:** a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de não fazer, consistente em não desenvolver suas atividade

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

enquanto não obtiver êxito no cumprimento da Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA QUINTA:** a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de respeitar os limites de emissão de ruídos aos níveis previstos na legislação pertinente, em especial na Resolução nº 001/90 do CONAMA c/c NBR 10.151, da ABNT quando do desenvolvimento de suas atividades;

**Parágrafo Único:** a emissão de ruídos em patamares acima do permitido legalmente será considerada violação imediata do compromisso, em qualquer época.

**CLÁUSULA SEXTA:** o cumprimento das obrigações ora ajustadas não dispensam a **COMPROMISSÁRIA** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

**III. DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pela **COMPROMISSÁRIA** no prazo fixado na notificação ou requisição.

**Parágrafo Único:** eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pela **COMPROMISSÁRIA**.

**IV. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO**

**CLÁUSULA OITAVA:** em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das Cláusulas do presente Termo, fica a **COMPROMISSÁRIA** obrigada ao pagamento de **multa mensal** no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) reais, limitada ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) reais, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação da **COMPROMISSÁRIA** para comparecimento na Promotoria.

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

**Parágrafo Segundo:** não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

**Parágrafo Terceiro:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Quarto:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

**V. OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA NONA:** o **COMPROMITENTE** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra a **COMPROMISSÁRIA**, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

**VI. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pela **COMPROMISSÁRIA** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

**VII. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** o **COMPROMITENTE** e a **COMPROMISSÁRIA**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**VIII. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

surtir todos os efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

**IX. FORO DE ELEIÇÃO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

**X. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** o presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 4 de maio de 2022.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Paulo Sartori Júnior**  
Artefatos de Cimento Beira Rio LTDA ME  
Compromissária

**Leôncio Paulo Cypriani**  
OAB/SC n. 5.491